

POSSIBILIDADES E ALTERNATIVAS À CULTURA DO FUMO

*Cristiane Maria Riffel*¹

*Marcelo Santos de Souza*¹

*Roberto Martins de Souza*¹

*Hugo Aníbal Gonzalez Vella*²

*Juan José Guevara Valdés*³

Resumo

À fumicultura atualmente não é vista apenas pelo ângulo econômico e pela importância que exerce nas finanças dos municípios produtores. Paralelo a isto, crescem movimentos contrários ao fumo que vão do antitabagismo ao descontentamento do agricultor especialmente com os agrotóxicos e pela relação de dependência institucionalizada com as indústrias fumageiras, *Possibilidades e Alternativas à Cultura do Fumo* é resultado da pesquisa realizada no município de Paraíso do Sul, tendo por objetivo conhecer as discussões e sistematizar as experiências realizadas por agricultores, técnicos, ONGs, Igrejas (IECLB e Católica) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que buscam a viabilização da agricultura familiar fora do modelo da fumicultura na perspectiva de construção do desenvolvimento rural sustentável.

Palavras chave: *cultura do fumo; alternativas; agricultura familiar.*

POSSIBILITY AND ALTERNATIVES FOR TABACCO-CULTIVATION

Abstract

Tobacco-cultivation brings in, on one hand, economic benefits to producers and revenues to municipalities where tobacco is grown. There is, on other hand, strong opposition for its cultivation from anti-tobacco movement and also from tobacco-growers on account of agrotoxics and dependent relationship with tobacco-industries. In Paraíso do Sul – RS, farmers, extensionist, NGO's, religions organizations and farmers syndicates search to strenghter the family agriculture in order to build a sustainable rural development framework. The article discusses this experience.

Key words: *tabacco-cultivation; alternatives; family agriculture.*

1. Introdução

O presente trabalho é parte integrante do Projeto *Percepção Social sobre a Ecologia e Meio Ambiente na População de Paraíso do Sul-RS.*, desenvolvido pelo Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

A fumicultura caracteriza-se por ser uma atividade típica de pequena propriedade, altamente demandante de mão-de-obra. Conforme dados do DESER (1994), a área média ocupada na produção de fumo por propriedade na região sul, é

¹ Mestrandos do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

² Professor Doutor Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM.

³ Professor Doutor Visitante do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural e do Curso de Pós-graduação em Extensão Rural da UFSM.

de 2,1 hectares e a mão-de-obra envolvida na produção é predominantemente familiar, ocupando duas a cinco pessoas por estabelecimento. Segundo PINHEIRO (1998) 94% da mão-de-obra ocupada na atividade é familiar. Outro aspecto considerado pelo autor é a baixa remuneração da atividade, que fica com apenas 4,4% da renda gerada no complexo fumo.

Conforme PINHEIRO(1998), outra característica da atividade é a total dependência do agricultor em relação a empresa fumageira. Acrescentando-se a esta dependência o fato de que 57 a 61,04% do custo de produção do fumo é mão-de-obra, o agricultor transforma-se numa espécie de “prestador de serviço” para a indústria.

O padrão tecnológico, baseado no uso intensivo de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos) é imposto pela indústria através de uma estratégia que envolve a política de crédito, de acompanhamento técnico e garantia de comercialização, o que constituiu-se em mais um fator gerador de dependência.

Esta problemática vem resultando no surgimento de movimentos contrários ao fumo que vão desde o antitabagismo ao descontentamento do agricultor e a busca de alternativas. Neste contexto, o presente trabalho realizada no município de Paraíso do Sul, tem por objetivo conhecer as discussões e experiências práticas realizadas por agricultores, técnicos, ONGs, Igrejas (Católica e IECLB) e sindicatos, que buscam a viabilização da agricultura familiar fora do modelo da fumicultura, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável.

2. Material e métodos

Para tanto realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a fumicultura no RS e especificamente em Paraíso do Sul, com base em publicações e trabalhos de pesquisa anteriormente realizados dentro do Projeto *Percepção Social sobre a Ecologia e Meio Ambiente na População de Paraíso do Sul-RS*. A partir das informações obtidas, foi possível conhecer as principais características do complexo fumo, em especial, no que se refere ao segmento da produção, representado pelos agricultores familiares integrados às fumageiras.

Num segundo momento, buscou-se conhecer duas iniciativas importantes que, embora de abrangência regional, incluem o município de Paraíso do Sul. São as experiências da Igreja Católica (Diocese de Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul) e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA).

A Igreja Católica desde 1991 realiza seminários anuais sobre o tema. São os “Seminários Regionais de Alternativas à Cultura do Fumo”. Esta iniciativa opõe-se com veemência não apenas a produção mas também ao consumo do tabaco. Nos seminários participam membros de projetos alternativos comunitários, fumicultores, representantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), sindicalistas, técnicos agrícolas, professores, estudantes, psicólogos, assistentes sociais, extesionistas rurais, sociólogos, enfermeiros, jornalistas, médicos, engenheiros agrônomos, representantes do Ministério da Saúde e das Secretarias de Saúde do Estado e dos Municípios, Secretários Municipais de Agricultura e da Educação, Prefeitos, Vereadores, Funcionários Públicos, Bispos, Padres, religiosos e outras lideranças das três Dioceses.

O CAPA, Organização Não-Governamental, ligada a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) foi criado em 1978. Em 1982 estendeu-se para o Sul formando o CAPA regional IV que atua em São Lourenço do Sul, Santa Cruz do Sul e o CAPA Erechim. Essa entidade também participa da organização dos seminários relatados anteriormente e igualmente trabalha ajudando os agricultores na busca de alternativas ao fumo.

As entrevistas semi-estruturadas, dirigiram-se aos técnicos responsáveis das duas organizações, a agricultores por elas assessorados como é caso da APAA – Associação Paraisense de Agricultura Alternativa, assistida pelo CAPA, e grupos assessorados pelo Projeto Esperança da Diocese de Santa Maria. Também foram entrevistados o Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraíso do Sul e o Chefe do Escritório Municipal da EMATER.

3. A cultura do fumo em Paraíso do Sul

O município de Paraíso do Sul possui uma área 341 km², que se localiza na região central do Estado do Rio Grande do Sul, distante 220 Km de Porto Alegre. Possui atualmente 6.565 habitantes. Destes, 5.526 vivem no meio rural, correspondendo a 84,17% do total da população do município. A maior parte da população descende da imigração alemã (75%), portuguesa (15%) e italiana (5%).

Na estrutura agrária do município predomina a categoria dos agricultores familiares. Das 1.597 propriedades cadastradas, 93,5% possuem áreas inferiores a 50 ha, ocupando 18.635 ha, ou 54,6% da área total do município.

Grande parte dos agricultores do município estão envolvidos com a fumicultura que, segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constitui-se na principal atividade para 70% das propriedades rurais do município, ao mesmo tempo que responde pela segunda maior arrecadação municipal, perdendo apenas para a atividade orizícola.

Além do arroz e do fumo, a produção agrícola de Paraíso do Sul inclui também, embora com menor importância, as culturas do milho, feijão, soja, piscicultura, suinocultura e pecuária em pequena escala.

4. Posições, percepções e ações alternativas à cultura do fumo

Segundo as informações obtidas na pesquisa, a dependência do agricultor em relação a empresa fumageira é apontada como um dos maiores problemas apresentados pela fumicultura. Conforme o CAPA, essa dependência é decorrente do “pacote ponta a ponta” imposto pelas empresas fumageiras, via um mix rígido de insumos, crédito, assistência técnica (instrutores) e garantia de comercialização para o fumo produzido de acordo com os padrões exigidos pela indústria. Além da dependência, a CPT da Diocese de Santa Cruz do Sul, aponta também o problema da competição direta da fumicultura com a produção de alimentos, especialmente pela alta exigência de mão-de-obra, o que, conforme informação da EMATER, impede o desenvolvimento de outras atividades na propriedade. Segundo os agricultores entrevistados, há casos em que a produção para a própria subsistência fica

comprometida. Além disso, apontam o problema do endividamento que atinge aproximadamente 60% dos produtores do município. Outro importante problema, ressaltado em todas as entrevistas, é o uso excessivo de agrotóxicos (principalmente dos fosforados e carbamatos) altamente prejudiciais à saúde do agricultor e do consumidor de cigarros, além de causarem degradação do meio ambiente. Também é relevante o aspecto da fumicultura ser geradora da degradação ambiental pelo desmatamento de florestas nativas para a obtenção de lenha para as estufas.

O CAPA manifesta que a motivação para buscar alternativas deve-se a sua opção pela agricultura ecológica e produção de alimentos. Embora considerando mais importante a busca de alternativas que superem o fumo, não existindo a perspectivas de que a fumicultura seja abandonada a curto prazo e que a introdução de alternativas ocorre de forma gradual, o CAPA entende que a redução do uso de agrotóxicos na cultura também é um trabalho necessário. Principalmente, quando se trata de agricultores que começam a produzir ecologicamente em lavouras próximas às de fumo, com grande probabilidade de que ocorra contaminação. A CPT também considera que a redução de insumos químicos na lavoura de fumo, para o agricultor, constitui-se num ponto de partida para que, a longo prazo, a tecnologia orgânica se transfira para toda a propriedade. Questões como estas, acrescidas de movimentos anti-tabagistas e à busca de um novo modelo de agricultura para a região é que levaram, a partir de 1991, a realização dos Seminários anuais sobre Alternativas à Cultura do Fumo. A iniciativa de realização destes Seminários deve-se às Dioceses de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, e contam com o apoio de várias entidades como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de pessoas ligadas à área da saúde, entre outras.

Este movimento de busca de alternativas enfrenta inúmeras dificuldades. Segundo o CAPA a redução dos agrotóxicos na produção de fumo encontra resistência no próprio agricultor, em parte por desinformação quanto a existência de tecnologias alternativas, insegurança quanto aos resultados e insuficiência de assistência técnica nesta área. Esta resistência deve-se também à cultura do imediatismo pois, no entendimento do agricultor, o veneno combate as doenças com maior rapidez que os insumos ecológicos (caldas biofêrteis e outros) que, por serem preventivos, tem efeito mais lento. O trabalho intensivo dos técnicos das fumageiras também contribui para o descrédito da agricultura ecológica junto aos agricultores. Para os agricultores, a principal causa das dificuldades de afirmação das propostas alternativas são os aspectos referentes à comercialização, pois a insegurança quanto à ela constitui-se num fator de risco, o que não ocorre com o fumo, que apesar dos baixos preços pagos pela fumageira ainda tem a comercialização garantida. A CPT ressalta também como dificuldade, a força política das fumageiras na região que, em função da sua importância para as finanças públicas pelo ICMS arrecadado, contam com apoio do Poder Público Municipal e incentivos financeiros e fiscais do Governo do Estado.

Apesar das dificuldades encontradas, identifica-se inúmeras experiências que vem a comprovar a viabilidade das propostas alternativas. Dentre elas, podem ser citados os casos da produção ecológica (verduras, batata inglesa, arroz, amendoim, feijão, produção animal etc), da indústria familiar (a produção de açúcar mascavo,

farinhas, panificados, embutidos e outros) e da comercialização direta com a organização das feiras ecológicas (em Santa Cruz Sul, com o apoio da CPT e CAPA, e em Santa Maria, do Projeto Esperança vinculado à Diocese).

Os agricultores consideram fundamental o apoio (técnico, organizacional e financeiro) recebido do CAPA, CPT e do Projeto Esperança. Relatam também o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais e Secretaria de Agricultura em algumas questões específicas como a promoção de cursos.

Estas iniciativas, embora importantes por representarem um caminho viável para a agricultura familiar, ainda atingem um número relativamente pequeno de agricultores por limitações de estruturais das entidades de apoio. A CPT acredita que para viabilizar esses projetos faz-se necessário a construção de um novo projeto econômico e político a nível de País, priorizando a produção de alimentos. Nesse sentido, considera que, a nível de agricultor existe vontade de mudar, todavia faz-se necessário que haja uma estrutura de apoio na produção e comercialização. Além de apoio também é necessário que ocorram mudanças institucionais (na legislação) favoráveis a agricultura familiar. Tais impedimentos institucionais dificultam sobremaneira projetos alternativos importantes, como é o caso da agroindustrialização familiar, onde uma série de normas sanitárias e fiscais, a falta de um sistema de crédito oficial e assistência técnica inviabilizam a sua consolidação. Para os agricultores, este projeto precisa contemplar uma política agrícola que garanta crédito e seguro agrícola. Ainda ressaltam a importância da organização dos agricultores em cooperativas e associações. Verifica-se também junto aos agricultores uma preocupação quanto à educação e capacitação, principalmente dos jovens.

Toda esta gama de discussões, principalmente em torno das questões de saúde pública e ambiental, vem expondo uma série de fragilidades do atual modelo adotado pela indústria fumageira. Uma mudança de postura por parte da indústria é uma exigência vital. De acordo com o CAPA, isto pode ser percebido nas iniciativas das indústrias quanto à redução do uso de fertilizantes químicos e agrotóxicos, como são os casos da produção de mudas em bandejas de isopor, kits de micronutrientes, embalagens hidrosolúveis, dentre outros. Dessa forma, porém, muda-se o padrão de produção, mas a dependência agricultor-fumageira continua, além de representar também um aumento no custo de produção para o agricultor. Soma-se a isso a exigência de novos investimentos financeiros o que, no conjunto, resulta num processo de seleção, onde apenas permanecerão na atividade os agricultores mais capitalizados e profissionalizados. Segundo o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Paraíso do Sul, essas sinalizações podem ser percebidas pelas novas exigências da indústria quanto ao padrão de qualidade do produto no momento da comercialização.

Quanto à contribuição da Universidade nesse processo, no entendimento do CAPA, esta poderia se dar na forma de prestação de serviços como análise de solo, análise da água consumida pelos agricultores e até mesmo, exames de sangue para verificar o grau de contaminação das pessoas com resíduos de agrotóxicos. A CPT aponta para um trabalho no sentido de mudar o padrão tecnológico de produção existente, a exemplo do que já vem sendo feito por outras entidades como as ONGs e organizações de produtores. Como exemplo do que poderia ser realizado citou-se o caso da agroindustrialização, onde a Universidade poderia auxiliar os agricultores a

desenvolverem projetos apropriados para empreendimentos de pequeno porte. Este apoio poderia se estender à discussão das exigências legais, visando a sua simplificação, sem perder de vista as questões de sanidade e qualidade, como também a capacitação dos agricultores em tecnologia de alimentos. Já para os agricultores, a Universidade deveria desenvolver um programa de assistência técnica a nível de propriedade, além da realização de cursos sobre manejo de máquinas, gerenciamento da propriedade, utilização de adubação verde, conservação de solo, entre outros.

5. Análise e discussão

De acordo com as informações obtidas nas entrevistas, identificou-se diferentes atores envolvidos com a fumicultura no município de Paraíso do Sul. Observa-se pontos convergentes, mas também aspectos divergentes quanto a importância da fumicultura para os agricultores, os problemas decorrentes da atividade e o processo de busca de alternativas à esta cultura. Para um melhor entendimento das diferenciações existentes nesses posicionamentos – ONGs (CAPA, Pastorais Católicas), Serviço Oficial de Extensão (EMATER MUNICIPAL), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores – optou-se por analisá-los separadamente.

5.1. Agricultores

Na percepção dos agricultores, a cultura do fumo é largamente difundida e enraizada no município pelas vantagens garantidas na integração com a indústria fumageira, como: crédito para investimento em infra-estrutura e custeio da lavoura, indexado ao produto para ser descontada no ato da venda do fumo; seguro no caso de perda total ocasionada por problemas climáticos; assistência técnica intensiva durante todo o processo produtivo; garantia de comercialização, possibilitando ao agricultor fazer previsão de renda na safra.

A fumicultura também apresenta vantagens intrínsecas à atividade, entre elas a boa rentabilidade em pequenas lavouras acidentadas (predominantes no município), se comparada a outras culturas; a rusticidade frente a adversidades climáticas; a facilidade no gerenciamento.

Em relação aos problemas decorrentes da atividade, observa-se uma preocupação crescente com o uso cada vez mais intensivo de agrotóxicos, pelo risco que representam à saúde (há relatos de intoxicações com familiares) e ao meio ambiente (contaminação da água, preocupação quanto ao destino das embalagens e com as sobras de veneno que ficam estocados nos galpões). A degradação do solo, pela sua utilização intensiva com tecnologias inadequadas, também é motivo de grande preocupação.

A alta exigência de mão-de-obra durante o ano todo, envolvendo de duas a cinco pessoas por propriedade, impede que o agricultor diversifique sua produção. Há relatos de fumicultores que enfrentam dificuldades para produzir alimentos para o próprio consumo.

A integração (dependência) com a agroindústria, vista pelo agricultor, tem seus aspectos negativos principalmente na definição da qualidade do produto e fixação de preços. As fumageiras, conforme seus interesses, desclassificam o produto e reduzem os preços, o que traz grandes dificuldades aos agricultores que muitas vezes, não obtêm renda suficiente para manterem-se durante o ano. A pressão cada vez maior pela melhoria da qualidade do fumo também é motivo de preocupações, considerando que, no processo de seleção, muitos agricultores serão excluídos.

No entendimento dos agricultores, a necessidade de alternativas não resume-se à cultura do fumo, mas à agricultura familiar como um todo. Os relatos sugerem atividades como piscicultura, avicultura, suinocultura, produção leiteira, apicultura, produção de açúcar mascavo, horticultura, dentre outras. Para viabilizar as alternativas, salientam a importância do associativismo. Entendem também que a produção deve estar vinculada à comercialização, (especialmente a direta) e esta, por sua vez, exige uma melhoria da qualidade e apresentação do produto, através de processos de agroindustrialização familiar. Neste sentido, os agricultores relatam experiências promissoras de agroindustrialização artesanal como é o caso do açúcar mascavo que pode ser produzido com tecnologia simples e de baixo custo, podendo ser comercializado durante o ano todo. No momento que estas condições forem atendidas, os agricultores viabilizam-se sem dependerem da produção de fumo.

No entanto, salientam a existência de uma série de entraves, resultantes da falta de uma política agrícola que contemple acesso ao crédito, seguro agrícola, política de preços, de comercialização e assistência técnica qualificada. Outra dificuldade enfrentada, principalmente na implantação das agroindústrias familiares, refere-se à legislação (normas sanitárias e exigências fiscais) atual que é inadequada para empreendimentos de pequeno porte.

Também é motivo de preocupação, a limitada capacitação técnica e gerencial do agricultor, que dentre outras coisas, é fruto de um modelo de extensão rural ultrapassado e ineficiente. Como a assistência prestada pela indústria, para seus propósitos, é eficiente os agricultores profissionalizaram-se na produção do fumo, o que constitui-se num elemento forte de continuidade na atividade. Além da capacitação, a educação dos jovens também é motivo de inquietação pois esta é vista por eles como um elemento capaz de dinamizar as relações na família (participação dos jovens e mulheres nas decisões), gerando assim mudanças no sistema produtivo da propriedade.

Conforme os agricultores, há de se considerar também a questão cultural. Pelo tempo que a fumicultura é praticada na região (várias gerações), esta introjetou-se na cultura do agricultor, o que, associado à desinformação e ao limitado conhecimento de experiências alternativas, resulta em acomodação e resistência à mudanças, mesmo quando estes estão descontentes com a sua situação.

5.2. Igrejas (Católica e IECLB) e ONGs

As razões que levam os agricultores a permanecerem na fumicultura, apesar dos sérios problemas que ela representa e que são por eles próprios relatados,

já foram suficientemente comentadas. Tomando-as como ponto de partida, as igrejas (Católica e IECLB) e ONGs ampliam a discussão.

Quanto à problemática da fumicultura, encontram-se na Igreja Católica (a partir da leitura das cartas dos sete seminários sobre alternativas à cultura do fumo) mais uma série de elementos importantes. No seu entendimento, o próprio fumo já é um “veneno” para o fumante considerando que, conforme dados da OMS, no Brasil morrem anualmente 180.000 pessoas vítimas de doenças causadas pelo cigarro. Segundo PINHEIRO (1998), o pior do cigarro é o poder tóxico de formação de tumores das nitrosaminas (metabólitos de agrotóxicos), presentes no tabaco produzido com a tecnologia atual. Desta forma, o cigarro torna-se duplamente agressivo a saúde do fumante. Assim, as igrejas afirmam de forma contundente que a luta contra o fumo significa luta pela vida.

No modo de atuação das fumageiras, além dos problemas já relatados pelos agricultores, a Igreja preocupa-se também com a irresponsabilidade com que os agrotóxicos são recomendados. Há relatos de que, em muitos casos, os agricultores são obrigados a aplicarem o veneno sob o risco enfrentarem problemas no momento de comercializar o produto. Conforme PINHEIRO (1998), outro sério problema é a disponibilidade (na propriedade) de grande volume de agrotóxicos para o fumo, os quais, por recomendação do próprio instrutor, são freqüentemente utilizados pelos agricultores nas lavouras de subsistência (principalmente na produção de hortaliças), aumentando sobremaneira a sua exposição e da sua família à venenos extremamente perigosos.

Quanto às alternativas a cultura do fumo, entendem que devem ser levadas em conta as especificidades de cada região e/ou municípios, quanto aos fatores relacionados à comercialização, às potencialidades produtivas e aos aspectos econômicos. Também deve ser priorizada a organização cooperativista e associativista, e os projetos preconizados devem ter organização empresarial para viabilizar a propriedade e conferir-lhe condições de competitividade.

As tecnologias de produção devem seguir os princípios da agricultura ecológica, já que não tem sentido substituir o fumo por outra cultura sem que haja a superação do uso de agrotóxicos. Nesse sentido, é fundamental investir na recuperação do solo, diversificação da produção e rotação de culturas. A agricultura ecológica atende à saúde e ao bem estar do agricultor.

Assim, como no posicionamento dos agricultores, a Igreja acredita que a viabilização das alternativas passa também pelas pequenas agroindústrias e pela comercialização direta (feira ecológica e outras..). Outra ação que deve ser desenvolvida é a divulgação dos produtos ecológicos, objetivando a conscientização dos consumidores.

Quanto à assessoria aos agricultores que optarem por alternativas, a igreja defende que esta deve acontecer através da articulação entre Universidades, EMATER, sindicatos, pastorais, ONGs e outras entidades comprometidas com a proposta.

Os entraves ao desenvolvimento das alternativas já ressaltados pelos agricultores, são discutidos nos Seminários de Alternativas à Cultura do Fumo e as

propostas são encaminhadas. São propostas no campo das políticas públicas e também no plano metodológico.

Na área da saúde, propõem que as Secretarias de Saúde Estadual e Municipais registrem melhor os casos de intoxicações para que se tenha dados mais confiáveis. Também faz-se necessário que instituições como a Universidade, intensifiquem as pesquisas sobre toxicologia visando a obtenção de maiores informações sobre contaminações nas pessoas, nos alimentos e no meio ambiente. Ainda, para coibir os abusos no uso de agrotóxicos, é necessário que o poder público fiscalize, aplique a lei dos agrotóxicos (prevista na atual constituição federal) e responsabilize técnicos e empresas (fumageiras) que orientam, incentivam e até exigem que os agricultores apliquem agrotóxicos.

Também consideram prioritário, a formulação de políticas públicas que contemplem crédito, assistência técnica e seguro agrícola às culturas e processos produtivos alternativos ao fumo.

No âmbito da educação formal, sugerem que as escolas organizem atividades de conscientização sobre a problemática do fumo e consumo do tabaco. É importante conscientizar principalmente os jovens. Também o desenvolvimento de programas educativos que promovam mudança de mentalidade nos espaços sociais, rural e urbano, fazem-se necessários.

No campo metodológico, consideram que a assistência técnica deve ajudar os agricultores a realizarem o exercício de aprender com a natureza. Este compromisso deve ser assumido conjuntamente pelas universidades, escolas técnicas e outros órgãos públicos envolvidos com o ensino. Na prática podem ser desenvolvidos cursos sobre agricultura ecológica, elaboração de subsídios (cartilhas, vídeos, etc) com linguagem apropriada para agricultores, dentre outros.

Para a Igreja, todo este programa só terá êxito se houver o desenvolvimento de uma nova cultura centrada nos princípios da ética, cooperação e solidariedade.

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), que presta assessoria a Associação Parisiense de Agricultura Alternativa, entende que na problemática da fumicultura, dentre os aspectos já apresentados e discutidos, o mais relevante refere-se à total dependência do agricultor frente à indústria fumageira. Quanto aos agrotóxicos, o CAPA considera que a própria indústria esforça-se para apresentar alternativas que atendam as novas demandas ambientais e dos próprios consumidores de cigarro, também preocupados com a saúde. Iniciativas neste sentido já estão em curso, como é o caso das sementes transgênicas de fumo que não brota (dispensando agrotóxico anti-brotante); das embalagens degradáveis; sementeiras sem solo, em bandejas de isopor com substrato, para dispensar o uso do brometo de metila; kits de caldas biofertilizantes, etc.. Obviamente que este novo pacote tecnológico que a indústria está desenvolvendo, aumentará consideravelmente o seu lucro mas, ao mesmo tempo, esta tecnologia resultará no aumento dos custos de produção para o agricultor, atualmente já bastante elevado (90% da renda bruta, em média). O resultado previsto é a seleção dos agricultores mais preparados e capitalizados e com condições de aumentarem a escala de produção.

O CAPA, assim como a Igreja Católica, está comprometido com a busca de alternativas à cultura do fumo, posição que foi reforçada a partir do momento em que

a entidade priorizou a agricultura ecológica. Dessa forma, a entidade reconhece a necessidade do agricultor reduzir gradativamente o uso de insumos químicos na produção de fumo como uma fase de um processo transitório que resultará na consolidação da agricultura ecológica. Como os trabalhos nesta área são escassos, e quase sempre desenvolvidos por iniciativa dos próprios agricultores, o método de trabalho empregado pelo CAPA visa recuperar e sistematizar tais experiências alternativas (dos agricultores), testá-las, identificar seus limites e propor soluções, isto sempre feito a nível de agricultor na sua lavoura de fumo.

5.3. Sindicato Trabalhadores Rurais de Paraíso do Sul

Para o Sindicato, o que leva os agricultores a optarem pela fumicultura é a sua adaptação às pequenas áreas, uma característica marcante no município juntamente com os agricultores sem-terra, que se viabilizam plantando fumo em pequenas lavouras arrendadas. Conforme dados do Sindicato, este tipo de produtor representa 50% dos fumicultores de Paraíso do Sul.

O principal problema ocasionado pela atividade, no entendimento da entidade, é o uso dos agrotóxicos e o destino das embalagens, que estão armazenadas nos galpões dos agricultores a espera de solução, enquanto deveriam ser recolhidas pelas empresas fumageiras. Nesse sentido, a iniciativa do Sindicato tem sido a recomendação da tríplice lavagem, bem como orientações sobre o uso e a destinação das embalagens.

A respeito das alternativas à cultura do fumo, suas iniciativas tem sido no sentido de promover cursos como: embutidos e defumados, produção de húmus, piscicultura, secagem de grãos, confinamento de bovinos de corte. Outra alternativa proposta pela entidade seria a implantação no município de uma grande agroindústria alimentar e/ou uma cooperativa de comercialização de produtos agrícolas.

5.4. EMATER

A Emater considera a renda bruta gerada pela cultura do fumo (que segundo o Escritório Municipal tem um faturamento quatro vezes maior do que a produção de arroz por unidade de área) como o principal fator que leva tantos agricultores a optarem pela fumicultura.

A Emater considera a grande ocupação de mão-de-obra, que impede a diversificação da produção na propriedade, como o principal problema da fumicultura. Com relação à questão ambiental, entende que a devastação da mata nativa para a obtenção de lenha estufas é o principal problema. A questão do agrotóxico também é vista como um problema mas, no entanto, acredita ser um "mal necessário" da agricultura moderna.

Quanto à questão da busca de alternativas, considera necessário repensar a matriz produtiva do município. O principal agente nesse processo deve ser o próprio agricultor que, no momento que tiver consciência sobre alguma alternativa, encontrará na Emater apoio técnico, já que, no seu entendimento, a principal função da empresa é instrumentalizar tecnicamente o agricultor. Para repensar a matriz

produtiva, instituições como Emater, UFSM, Governos Municipais, ONGs que já possuem estudos sobre a situação local e regional, e podem contribuir. Exemplos concretos já existem, como são os casos da produção de hortigrangeiros e suinocultura no sistema de condomínios.

6. Conclusões

Após o desenvolvimento da pesquisa e análise dos dados verifica-se que a fumicultura já não ocupa uma posição incontestável na sociedade, em especial junto aos agricultores. Pelo contrário, identifica-se um significativo descontentamento.

As principais razões desse descontentamento são a intoxicação das pessoas (agricultor e familiares) e do meio ambiente por agrotóxicos, a dependência resultante da integração agricultor-fumageira, a excessiva ocupação da mão-de-obra como impedimento à diversificação da produção, mesmo a de subsistência, e a instabilidade decorrente das novas exigências das indústrias fumageiras, que poderá resultar em um processo de exclusão dos agricultores menos profissionalizados e capitalizados.

Por outro lado, a insatisfação dos agricultores, o crescimento das campanhas anti-tabagistas, aliados aos princípios de defesa da cidadania do agricultor, defesa ampla da vida e da agricultura ecológica, orientadores das ações das ONGs, vem resultando num importante movimento de construção e concretização de alternativas, não resumidas à cultura do fumo, mas à agricultura de base familiar como um todo.

O sucesso alcançado pela indústria fumageira, visualizado na abrangência regional dos seus empreendimentos, na agregação de grandes contingentes de agricultores e no longo tempo que permanece atuando na região, deve-se a uma estratégia pautada por políticas (de assistência técnica, financiamentos, seguros, garantia de comercialização...) a longo prazo, executadas de forma competente e a alocação de grande volume de recursos financeiros.

Comparado com as fumageiras, percebe-se que a ação estatal dirigida à agricultura familiar, é de carência de visão estratégica, e de insuficiência de políticas e recursos. A viabilização das alternativas, que embora em pequeno número, já existem, esbarra justamente nesta deficiência de políticas públicas.

Com relação ao envolvimento da Universidade considera-se indispensável a articulação com as Pastorais, ONGs, Emater, Sindicatos e outras, para, em conjunto, assessorarem os projetos alternativos dos agricultores. No que se refere ao método de ação da Universidade junto ao agricultor, salienta-se a necessidade de que se estabeleça um processo que integre o conhecimento científico com as experiências e necessidades dos agricultores.

7. Bibliografia

- PINHEIRO, S. LUZ, D. *Ladrões da Natureza: uma reflexão sobre a biotecnologia e o futuro do planeta*. Porto Alegre: La Salle, 1998.
- RODRÍGUEZ, A. S. *A fumicultura e a questão ambiental: o perfil do fumicultor em Restinga Seca, RS* Dissert. Mestrado, UFSM, 1996.
- VELA, H. A G. Percepção social sobre a ecologia e meio ambiente na população do município de Paraíso do Sul – RS In: *Revista Brasileira de Educação e Tecnologia da Comunicação*. Rio de Janeiro, Editora PUC/RJ e UFF, 1996.
- SEMINÁRIO REGIONAL DE ALTERNATIVAS À CULTURA DO FUMO. *Carta de Cachoeira*. Cachoeira do Sul-RS, 1991 (mimeo).
- _____. *Carta de Santa Maria*. Santa Maria-RS, 1992 (mimeo).
- _____. *Carta de Rio Pardo*. Rio Pardo-RS, 1993 (mimeo).
- _____. *II Carta de Cachoeira*. Cachoeira do Sul-RS, 1994 (mimeo).
- _____. *II Carta de Santa Maria*. Santa Maria-RS, 1995 (mimeo).
- _____. *II Carta de Rio Pardo*. Rio Pardo-RS, 1996 (mimeo).
- _____. *Carta de Sobradinho*. Sobradinho-RS, 1997 (mimeo).